

LEI Nº 2.088, DE 16 DE AGOSTO DE 1993.

Revogada pela Lei Nº 3.335/15

***DA NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS
DA LEI Nº 1.929/91, E DETERMINA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL** sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Ficam alterados os artigos, incisos e parágrafos da Lei nº 1.929/91, 23/10/91, na ordem: Art. 8º, inciso XIII, Artigo 10, inciso I, parágrafo 1º, Artigo 11, parágrafo 10, Capítulo IV, Seção I, Art. 17, e Artigo 72, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Título II Capítulo II Seção I

"Art. 8º

XIII — Regulamentar e definir critérios de funcionamento do Fórum Permanente de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente."

"Art. 10 — Seis membros e seus suplentes representarão a Prefeitura Municipal de Alegre, tendo preferencialmente a participação de:

I — Professores, Técnicos, especialistas que atuem diretamente com Crianças e Adolescentes nas áreas de educação, Saúde, recreação, Esporte, Lazer, Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Bem Estar Social, na Zona Rural e Urbana.

Parágrafo 1º — A indicação dos representantes dos órgãos da Prefeitura far-se-á através da Assembleia Geral, realizada a cada 2 (dois) anos e quando convocada para esse fim pelo Chefe do Executivo Municipal e terá validade após a remessa ao Conselho Municipal da Ata da Assembleia que a elegeu.

Art. 11

§ 1º — Os integrantes do Conselho serão eleitos pelos órgãos Públicos Municipais, e as organizações comunitárias, que elegerão seus representantes em eleições regulamentadas pelo próprio Conselho de acordo com o que estabelece o Art. 9º desta Lei.

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º

§ 6º — REVOGADO

§ 7º

Capítulo IV

Do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção I

Da Criação e natureza do Conselho Tutelar.

~~"Art. 17 — Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definidos nesta Lei."~~

~~"Art. 22 — O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em Lei Municipal, e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público."~~

~~**Art. 2º** — Permanecem em vigor os demais dispositivos da Lei nº 1.929/91, de 23/10/91, que não foram alterados ou revogados pela presente Lei.~~

~~**Art. 3º** — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 16 de agosto de 1993.~~

~~**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA — Caléu**
—— **Prefeito Municipal**~~

~~Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.~~